



## **SOB O OLHAR DO OUTRO: RAÇA E COTIDIANO NA ESCRAVIDÃO E NO PÓS-EMANCIPAÇÃO, EM SÃO LUÍS DO MARANHÃO**

Darville Lizis

Doutorando em História Comparada (PPGHC/UFRJ)

darvillelizis@gmail.com

### **Introdução**

O corpo, território-fronteira entre o cativo e o não-cativo, trazia em si mesmo a marca do espectro da escravidão: a cor; e de uma ausência: a liberdade. Ser livre não bastava. A população negra precisava continuamente provar o seu direito de ser livre e o próprio estado em/de ser. A liberdade, como prerrogativa, não cabia a determinados tons de pele. Paira(va) sobre a cor preta nas suas mais variadas tonalidades a desconfiança por ter sido criada, imposta e mantida pelo poder da branquitude. A materialidade do ser-escravo trazia, nos aspectos físicos, os seus sinais. O ser negro e o ser escravo confundiam-se como categorias sociais através daquilo que não se poderia esconder: o corpo. No pós-Abolição, o negro/a negra ainda seriam referidos/as, principalmente, através do corpo, hoje, o negro/a negra ainda são referidos através do corpo. Em um passado-presente contínuo, ininterrupto o ser-negro/ser-negra traz em seu corpo as marcas remanescentes da escravidão, da racialização que os hierarquizou e os marginalizou.

Não apenas através de leis a violência se instaura. Talvez, nenhum de nós consigamos ao certo definir as causalidades determinantes que ensejam uma segregação considerada sutil, mas violenta e genocida. Elas são muitas, espalhadas, esparsas, escorregadias. As maneiras pelas quais (res)significamos o ser-negro estimulam, validam e criam formas de violência que, entranhadas no imaginário, conduzem a uma seara contínua de destruição do Outro, sobretudo, e, primordialmente através do discurso. Não estou aqui afirmando que as palavras trazem em seu bojo uma brutalidade mais amena,



por estarem somente alocadas nos planos das ideias. Lembrando Toni Morrison (2019), as palavras não são violentas, elas são a violência.

Definir o Outro através de si mesmo, a ponto de deslegitimá-lo e silenciá-lo no discurso/na vida é uma tentativa de assassinato social. Mantenho a palavra tentativa para que na minha vontade de ressaltar a violência, de uma maneira ou de outra, eu apague a resistência. Objetificar o Outro, tratá-lo como dessemelhante radical, hostil e ameaçador mata e o extermínio extrapola o campo simbólico - como se, aliás, o campo simbólico não matasse por si mesmo – levando a morte do corpo. O alterocídio (MBEMBE, 2018) social e difuso empreendido pela branquitude deixa vestígios, marcas, cicatrizes e traumas contínuos. Ele é a base da construção de si mesmo enquanto corpo social enclausurando, o Outro transformado em aberração.

Há muitas maneiras de (tentar) exterminar o Outro, uma delas é descaracterizá-lo de uma maneira tão difusa, persistente e violenta, a partir de elementos exteriores/estranhos ao Outro, que acabamos por criar uma ilusão, um engodo, um engano supremo. A linguagem nos oferece, ao mesmo tempo, as ferramentas da opressão e as da resistência. A branquitude cria padrões e expurga/parasita todo o desvio imaginado, transformando o Outro em aberração (FANON, 2008). As ideias, o combustível do moto-contínuo que oprime, reprime e mata, passam pelo crivo do discurso, da formação dos padrões, eles nascem dele e para ele retornam. O discurso é a origem e resultado da violência; o discurso é a violência.

Os dizeres e os modos de dizer produzidos em determinado espaço, tempo, lugar social fazem parte de toda uma rede de enunciados, de um *archeion* (MAINGUENEAU, 2016) no qual todos os textos produzidos pelos homens e pelas mulheres compõem um legado. Os dizeres, os não dizeres, aquilo que é dito e não dito são atravessados por ideologias que, muitas das vezes, estão na superfície, nos interstícios. O autor/a autora fala pelo, através e apesar do texto. Os sentidos atribuídos são fluidos. A intencionalidade autoral escapa àquilo que, em um primeiro momento, engendrou os dizeres. Portanto, os detalhes, as frestas, as pressuposições, aquilo que a autoria tenta, em vão, recalcar nos abre um horizonte de significados e interpretações reveladores, pois o que se tenta esconder ou disfarçar traz consigo um sentido subliminar.



Estruturas de poder atravessam os meios de produção, de circulação, de transmissão, de legitimação ou não, além do discurso em si (VAN DIJK, 2008). A circularidade dos textos no fluxo-leitor, também hierarquiza aquilo que se considera importante de ser lido, lembrado, refletido e o que deve ser esquecido, ignorado, negligenciado e rasurado. O poder, ou melhor, as pessoas que exercem o poder econômico, simbólico, cultural regem, salvo às rupturas, o *archeion*.

Trago dois casos: um do século XIX, outro do início do XX. No primeiro, temos Agnello de Assumpção Lapa. Ele, em uma publicação própria em um jornal de grande circulação local, no período pré-emancipação (1887), responde a uma acusação: ser escravo. Lapa, além de renegar a “acusação”, constrói a sua identidade e, na contraposição entre ele o outro, nos deixa escapar vestígios de uma sociedade fraturada. Seu discurso, porém, não basta. Um negro dizer que não era escravizado é insuficiente. A chancela de um outro, no caso, de sua antiga “senhora”, é necessária. O ponto fulcral é a fala/a voz/o discurso de alguém que um dia fora cativo, e problematiza o ser-escravo e os possíveis problemas morais que o cativo poderia acarretar.

No segundo caso, há, não a voz do negro, mas o discurso de alguém em relação ao negro, identificado, sobretudo, por meio do seu corpo, do seu ser-racializado. Humberto de Campos, em uma autobiografia escrita esparsamente ao longo dos anos, relembra a sua vida pregressa. No exercício de rememorar, Campos assinala vários personagens pelos quais cruzou o caminho. Um deles, Astolfo Marques, autor também maranhense, de origem humilde. Nas caracterizações sobre Marques, há o discurso externo, oriundo diretamente do poder, diferente do primeiro caso, no qual há uma resposta de Agnello a um “acusador”, ainda que o poder, aqui, seja o elemento propulsor da resposta de Lapa. Na época da escrita e do lançamento do texto, Astolfo Marques jazia há décadas em um cemitério de São Luís, mesmo morto, o seu corpo ainda era violentado, objetificado e a sua trajetória como autor, intelectual, jornalista, crítico e membro de Academia Maranhense de Letras, subestimada.

Em ambos os casos, São Luís é o cenário. Hoje, o Maranhão é a unidade da federação com a maior concentração de remanescentes de Quilombolas. Se no século XIX, a presença negra na capital era considerável, podemos, hoje, afirmar que a cidade é negra. Tanto em uma ponta do tempo, quanto em outra. Do século XIX, no debacle de



escravidão às primeiras décadas do século XX, São Luís experimentava, se não uma estagnação econômica, mas um certo clima de decadência, após o superficial, mas marcante alívio econômico trazido pelo incremento da produção algodoeira devido à Guerra de Secessão. De uma forma ou de outra, no conjunto do país, a cidade e o estado, ora província, não atravessam um momento de pujança econômica.

Descrever também é argumentar (CHARAUDEAU, 2008). Afirmar que um outro é, nós, de certa maneira, o encerramos em um espectro definido. Em ambos os casos, as palavras e os sentidos que eles adquirem ao longo do tempo-espaço norteiam as minhas análises. Se no primeiro caso - de Agnello - podemos entrever o *ethos* construído de si mesmo, ou seja, do próprio corpo negro; no caso de Astolfo Marques referido por Humberto de Campos, há a construção atravessada por um outro eu, onde a reafirmação de identidades com base no rebaixamento do outro desvela-nos o *ethos* de Humberto de Campos naquele momento, além dos discursos permitidos/legitimados. Tento, porém, fazer um exercício de imaginação reflexiva em busca da plausibilidade, da verossimilhança possível e provável. Por meio das camadas discursivas e ideológicas, da violência da Outremização, imagino um outro Astolfo Marques, tento olhar para o que Humberto de Campos viu, mas captando, de outra maneira, o corpo/a vida/a experiência negra.

### **Agnello Assumpção Lapa por ele mesmo**

Saidiya Hartman nos diz que “o arquivo sobre a escravidão repousa em uma violência fundadora; essa violência determinada, regula e organiza os tipos de enunciados que podem ser formulados sobre a escravidão” (2021, p. 120). Ao falarmos sobre a escravidão devemos lembrar do apagamento, do esquecimento, da não-presença naquilo que está inscrito. As fontes são, em grande parte, como nos lembra Trouillot (2016), oriundas do poder e a ele assujeitadas em um dado modelo armazenamento de memória-história. Encontrar a voz *ipis literis* um texto, de um ser humano que já fora escravizado refletindo sobre a própria condição e arrogando-se, claramente, uma identidade de ex-escravizado é, se não raro, incomum, pelo menos na historiografia brasileira.



Ao me aventurar no mar da hemeroteca em busca de referências sobre a escravidão, encontro uma publicação singular, no jornal A Pacotilha, de 9 de maio de 1887, assinada por Agnello Assumpção Lapa. O texto, dirigido a alguém sem nome, na seção ao público, respondia a uma ofensa à honra. O autor se diz não acostumado com as lides da imprensa, mas frente a calúnia de “um infame”, resolve defender-se. Além do adjetivo desairoso, o interlocutor de Lapa é igualdo, pela sordidez da acusação, a um assassino e covarde. Ao longo do texto os nomes desprestigiados: miserável, biltre, beberão, farroupilhas, crapuloso, filho libertino, frequentador das casas de correção, covarde, facínora e, por ironia, cavaleiro da boa indústria.

A acusação do sujeito inominado: Lapa ser escravo. As estratégias de defesa ao autor da publicação frente a desfeita, nos desvela maneiras de ser e de pensar de alguém que, como observamos ao longo da publicação, fora escravizado. São raras as fontes nas quais alguém que fora cativo referencia a escravidão, além de instaurá-la na subjetividade. Os meandros discursivos de defesa do “acusado” revelam uma hierarquização moral. Ele, Lapa, se coloca em um patamar superior, pois não lhe pesava nenhuma acusação de malfeito.

A contrariedade não consistia em ter sido escravo, mas vítima de uma mentira, de uma calúnia: acusar um homem livre de ainda ser escravizado. No entanto, em uma leitura mais superficial, caso não tenhamos uma visão mais ampla de conjuntura, corremos o risco de simplificar a contrariedade de Lapa. Na sociedade pluripartida, como a ludovicense, em finais do século XIX, sob a vigência da escravidão, lembrem-se, a publicação é de maio de 1887, causaria desconforto em qualquer negro/negra acusado/a de ser cativo. Em um meio no qual a liberdade não era uma contingência, ser escravo, além da violência inerente ao cativo, causaria arrepio a quem trazia na cor da pele a marca da escravidão.

A resposta de Lapa, por sorte nossa, transborda de significados e sentidos atribuídos não a escravidão, mas ao “ser escravo” e, por oposição, ao “ser livre”. Somado a isso, ao tecer uma hierarquização moral, o autor nos revela as estruturas de pensamento de alguém que, ressalte-se novamente, um dia fora escravizado. Palavra de Lapa: “fui escravo, mas hoje, apesar de tudo não me troco por esse infame”, ter sido, outrora, cativo, mas, hoje não ser marca uma cisão fundamental no discurso. Foi escravo, mas não é; além



disso, apesar de tudo não se troca pelo acusador. Convido a nos debruçarmos nas palavras *ipsis literis* de Agnello, particularmente em três palavras que atravessam a frase de indignação do autor: apesar de tudo. Apesar marca uma oposição/ uma concessão àquilo que, em princípio, espera-se, mas é frustrado. Poderíamos, por analogia, utilizar o apesar de duas outras maneiras. Em sentido diacrônico a pesar – separado – significado com pesar, ou seja, com tristeza; ou, indo ao latim, *pesare* cujo sentido orbita em torno daquilo que se pondera/se reflete.

A seguir do apesar, ligada pela preposição de, há uma pequena palavra de quatro letras: tudo. Nos estudos da língua, tudo é chamado de pronome indefinido ou podemos também alcunhá-la de referenciador. Tudo é um termo vazio de sentido por si mesmo, ou seja, a palavra em si mesma precisa de um anteparo para significar. Tudo sempre encapsula algo anterior, seja dentro do texto, chamado cotexto ou fora dele chamado contexto. No caso de Lapa, tudo significa a escravidão e, ao se referir, ou melhor, ao se encapsular a escravidão em um termo antecedido por uma palavra opositiva ou concessiva – apesar – Lapa nos informa, no mínimo, muitas coisas.

A vida pregressa da escravidão e ainda contínua cuja marca, a sua cor, em constante estado de rememoração, anuncia: tudo. Apesar de ter sido escravo, apesar de não ser, por oposição livre, apesar de estar em cativeiro, apesar de ter a sua mobilidade restringida, apesar de não poder responder/interpelar em nenhuma esfera judicial, apesar de seu corpo e seus movimentos pertencerem a alguém, apesar de ser propriedade de outro/outra, apesar de tudo, todo o peso material, simbólico, político, social, ele, Agnello Assumpção Lapa, não se troca por um livre, supostamente, nato. Apesar de tudo, refletindo sobre seu passado-presente, com pesar do seu passado presente, ele não se troca.

Lapa hierarquiza comportamento seccionando-o da cor. Vergonha, segundo ele, é ter predicativos ruins de caráter, mas “nunca porém ter sido escravo”. Ainda mais: o autor afirma ter honra em pertencer à sociedade, pois “no meu procedimento passado como no presente, não encontrará esse facínora uma só falta que me faça corar perante a sociedade”. Lapa desracializa o caráter e quebra os liames entre liberdade-escravidão, onde o cativeiro seria nascedouro daquilo que Joaquim Manoel de Macedo, na coletânea



de três novelas, *As vítimas-algozes* (1869), tentou demonstrar: a escravidão corroía o homem/a mulher degenerando-o.

As palavras de Agnello de Assumpção Lapa não bastam, a prova da sua liberdade é o discurso de autoridade do Outro. Ao arrogar a sua condição de livre, ele subscreve, ao fim da publicação, um documento, que, segundo as palavras dele, muito o honrava. Na transcrição, assinada por Isaura Amelia Lapa, escrita a rogo de D. Francisca Benedicta Pereira Lapa, descobrimos que Agnello, desde 1882 “é livre e senhor das suas vontades” e que a tem acompanhado desde a morte do seu irmão (de D. Francisca) a prestando-lhe auxílio nas “suas precisões” e “podendo o mesmo fazer d’este, o uso que lhe convier”.

Do texto de D. Francisca entrevemos vestígios que não fogem aos inúmeros casos de seres humanos anteriormente escravizados/as que prestavam ainda auxílio aos seus antigos/as escravizadores/as. Pelo texto, não há menção da maneira pela qual Lapa logrou a alforria, se por vontade de D. Francisca ou do irmão dela. Talvez ele tivesse sido alforriado condicionalmente, como era comum, desde que assistisse D. Francisca até a morte? Ou, não é improvável, que Dona Francisca tivesse herdado do irmão e o alforriado. Da família Lapa, Agnello herdou/comprou/negociou/regateou a liberdade mantendo com os seus antigos/as senhores/as – escravizadores/as, o sobrenome, Lapa e os laços de gratidão.

As palavras de Agnello de Assumpção Lapa, sintomas de uma estrutura discursiva que, em muito, extrapola o cotexto e o contexto imediato, nos sinaliza uma atitude responsiva. O Outro define o discurso de Lapa e, a partir do revide, o imbróglho nos legou uma estrutura argumentativa definida de um ex-escravizado, sob a vigência da escravidão, tecendo considerações, ainda que brevíssimas sobre o ser-escravo. O ethos dito e mostrado de Lapa nos mostra um homem firme, orgulhoso, destemido e seguro das suas próprias convicções morais - lembrem-se ele hierarquiza categorias de moralidade. Apesar de tudo há/existe um ser-homem, ser-consciente, ser-livre, ainda que racializado, seguro do seu ser-estar no mundo.

**Astolfo Marques, um autor da província, pelo olhar do Outro**



Astolfo Marques, quando reportado por Humberto de Campos nas suas memórias esparsas, tem as características físicas destacadas: homem de cor, tez escura e embaciada como as dos negros que sofrem do fígado, estatura mediana, fronte larga e fugidia, boca enorme, bigode ralo, dentes enormes e brancos, beizorra da raça. Palavras superlativas - enormes, larga, beizorra – compõem a imagem racializada de Marques. Não era apenas um autor, mas um autor “negro” com todos os estereotipados traços. A escolha das palavras, ainda mais de um escritor apurado, nos indica intenções subjacentes que, apesar do autor, resvalam do texto. Poderíamos construir uma descrição física de Marques de variadas maneiras: um homem negro, de estatura mediana, lábios proeminentes e que, por ser dado a sorrisos, nos apresentava os dentes alvos por serem bem cuidados, da fronte generosa, um tímido bigode, mais abaixo, compunha a feição de Raul Astolfo Marques.

Humberto de Campos parece reconhecer concessões. Marques era amanuense da Biblioteca, mas... entre os *mas*, o autor negro permanece no seu lugar de subalternidade. Desempenhava todos os misteres de servente: varria o salão, espanava as estantes, etiquetava os livros, enchia filtro, molhava uma planta e se dirigia à Casa Trasmontana várias vezes ao dia para comprar refrescos de tamarindo para outros escritores. Ou seja, Campos enxerga Marques como um negro, subalterno, espécie de faz tudo da repartição. A bajulação, segundo Campos, rendeu-lhe frutos. Marques fez-se indispensável aos brancos. A divisão do mundo em dois espectros - branco/negro – hierarquizada. Os negros ascendem através da bajulação e do trabalho excessivo, ou seja, doses bem medidas de meritocracia carregadas de chaleiragem é o “mapa do tesouro”.

O ventre materno, até 1871, legava, por lei, a condição de escravizado. Nascer de uma mulher cativa significava ser também cativo. A violência de libertar somente o ventre, esquarterando simbolicamente o corpo de mulher negra, nos aspectos peculiares. No pós-abolição, expor a hereditariedade do homem/da mulher negra significava lembrá-lo do passado cativo. A genealogia destaca uma herança da pobreza, da cor: filho de uma preta, lavadeira e engomadeira, o que levava o autor, Marques, a exibir um caprichado colarinho, o mais lustroso do Maranhão. Legatário da cor materna, herdaria também dela um lugar: a subalternidade. A ascensão de Marques, talvez, refere-se a uma estratégia de liberdade. Muitos cativos, na esperança de serem alforriados em testamento “comportavam-se” magistralmente, ou seja, submetiam-se não por fraqueza, mas por



considerar que aquele mecanismo de negociação poderia trazer-lhe frutos. Uns ascendem de melhores famílias; outros, de pretas lavadeiras. Bajular, submeter-se, trabalhar a mais desempenhando funções além das previstas, fazer-se indispensável aos brancos - sublinhe-se brancos – proporciona ao “homem de cor” uma promoção que, aliás, será lembrada sempre, por ser uma transigência, algo dado, doado, suplicado, esmolado.

Justifica-se a obscuridade de Marques por escrever “em estilo e sem brilho”. Nunca a escrita de um autor negro poderia, no horizonte de Campos, captado no texto, produzir uma literatura de brilho e de estilo. Talvez estivesse correto, em um mundo branco, destacar a raça na escrita talvez fugisse ao que se esperava da “boa literatura”. Aliás, Campos enxergava a capital maranhense como uma cidade portuguesa, negligenciando a enorme população negra ali residente/sobrevivente/vivente.

A mentalidade escravocrata fundiu submissão e subalternidade à cor preta. Condiciona-se a ilusória e frágil ascensão social, uma alforria atualizada, à subordinação absoluta. No caso de inadequação-insurreição à imagem exigida pelo outro, o negro/a negra submerge, tornam-se, pelo olhar obnublado e racista, um corpo perigoso, atrevido. Três caminhos se apresentam: obliterar o texto, rasurá-lo, ou reescrevê-lo , ressignificando aquilo que o próprio Humberto de Campos nos revela.

Imaginemos, então, pelas fímbrias do texto de Campos, um outro Astolfo Marques: negro, filho de lavadeira e engomadeira de primeira, amanuense da Biblioteca pública, leitor obstinado, galgou o posto de secretário-geral da Oficina dos Novos. Funcionário gentil, imprescindível e prestativo, apreciava manter o ambiente de trabalho meticulosamente limpo e agradável, seja pela presença de plantas, seja pelos sorrisos generosos os quais gostava de distribuir a todos. Impecável no figurino, Marques trazia sempre o terno azul-marinho e o colarinho esmerados. De olhar arguto e perspicaz, apresentando notável erudição, além de incursionar pela história, escreveu contos nos quais soube, com maestria, captar o cotidiano da capital maranhense.

Atribuiu-se o apagamento da obra de Astolfo Marques, ou melhor, reescrevamos: o apagamento **de Astolfo Marques**, às contingências do tempo. Por algum motivo, ele não fora mais editado, por alguma razão, seus textos jornalísticos, seus contos, seus romances foram esquecidos, tragados pelo tempo, aterrado sob tantas outras obras. Engolidos por um sem-número de outros autores. Na obra de Astolfo Marques, os



humildes, as mulheres negras, o cotidiano dos despossuídos economicamente nos trazem uma São Luís fervilhante e preta. A raça atravessa a sua ficção/realidade. Em uma criação imaginativa profícua somada à capacidade de transformar a matéria bruta e esparsa do cotidiano em mote literário, o autor negro ludovicense, emerge. No limiar do centenário da sua morte, Astolfo Marques, aos poucos, têm a sua obra resgatada e as suas palavras (re)ditas, ouvidas.

## Conclusão

Astolfo Marques e Agnello Lapa de Assumpção, dois homens livres marcados pela escravidão. Se sobre o primeiro, diante do corpo já morto, paira um discurso (in)defensável; o segundo, reage, responde, sistematiza, descreve, tentando, em certa medida, colocar sob os seus termos e mundividência aquilo que considerara injusto: ser acusado falsamente. Atentem-se: o problema para Lapa não é ser ou ter sido escravizado, a falta de caráter, para ele, sim, marcaria um indivíduo. Qualidades morais individuais maculam a respeitabilidade, o lugar social, ser livre ou cativo, não. Ele toma a palavra. Usa a palavra. Manipula a palavra, mobilizando toda a sua experiência e, a partir do seu lugar primeiramente imposto e depois disso, (re)construído por ele, Agnello faz da resposta ao acusador um ensaio de escrevivência, trazendo o legado das vozes de uma coletividade e da sua própria voz no presente-passado.

Os despojos de Astolfo Marques são revirados. A sua pele, já desaparecida, torna-se uma questão. Não posso localizar aqui se o posterior apagamento de Marques deve-se a um acontecimento específico. No entanto, diante da conjuntura discursiva e de tantos enunciados ditos, não-ditos, (mal)ditos, Raul Astolfo Marques, em último caso, segundo alguns nomes da crítica, tem uma “obra menor”. Atravessam a arbitrariedade do cânone diversos matizes, não só de cor/raça, mas de gênero, origem social, lugar de nascimento, classe. Todas as intersecções interferem na presença ou na ausência no já tão desprestigiado e combalido - não sem razão - cânone. Circunscrever o apagamento no mundo das letras às cambiantes e escorregadias qualidades estéticas, não resolve o



problema. Um simples passeio pelo cânone literário brasileiro faz cair por terra o, por vezes quase incompreensível, preciosismo estético.

Não obstante, Astolfo Marques, sem voz para responder na ocasião, pois morto, vítima em vida de tantas violências, imerso em um país feito sob a escravidão, sobre a escravidão, da escravidão e pela escravidão, responde, ainda sem intenção, com a sua obra. Responde, ainda sem intenção do passado-futuro ao presente-passado. Ao caminharmos pela literatura de Marques, ele, do passado, nos responde. Responde a Humberto de Campos, responde a mim, a nós. Ou, reconstruamos: Astolfo Marques, necessariamente, não precisaria responder, fazendo da sua palavra resultado direto da palavra do Outro. Astolfo Marques, o autor negro maranhense, existiu, existe e existirá por ele mesmo.

### Referências bibliográficas

CAMPOS, H. **Memórias e Memórias inacabadas**. São Luís: Instituto Geia, 2009.

CHARAUDEAU, P. **Linguagem e discurso**: modos de organização. Trad. Angela Corrêa & Ida Lúcia Machado. São Paulo: Contexto, 2008.

CHARAUDEAU, P. **Discurso político**. Trad. Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2015.

EVARISTO, C. Depoimento cedido durante o I Colóquio de Escritoras Mineiras, realizado em maio de 2009, na Faculdade de Letras da UFMG. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/autoras/188-conceicao-evaristo>. Acesso em: 20 de agosto de 2023.

FANON, F. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. Trad. Renato da Silveira. Salvador: Editora EDUFBA, 2008.

GATO, M. de J. Raça, literatura e consagração intelectual: leituras de Astolfo Marques (1876-1918). In: MARQUES, A. **O 13 maio e outras estórias do pós-Abolição**. Org. Matheus Gato. São Paulo: Fósforo, 2021.

HARTMAN, Saidiya. “Vênus em dois atos”. In: BARZAGHI, C; PATERNIANI, A; ARIAS, A. **Pensamento negro radial**: antologia de ensaios. São Paulo: Crocodilo ; N-1, 2021.

LAPA, A. “Publicação a pedido.” **A Pacotilha**. 09 de maio de 1887.

MAINGUENEAU, D. **Discurso literário**. São Paulo: Editora Contexto, 2016.



MARQUES, A. **A nova Aurora**. São Luís, MA: Tipografia Teixeira, 1913.

MARQUES, A. **A vida Maranhense**. São Luís: Tipografia Frias, 1905.

MARQUES, A. **Natal (quadros)**. São Luís: Tipografia Teixeira, 1908.

MBEMBE, A. **Crítica da razão negra**. São Paulo: N-1, 2008.

MORRISON, Toni. **A origem dos outros: seis ensaios sobre racismo e literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

TROUILLOT, M. R. **Silenciando o passado**. Curitiba: huya, 2016.

VAN DIJK, T. **Discurso e poder**. São Paulo: Editora Contexto, 2008.